

LEI Nº 1.087, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação 2015-2025, alinhado ao Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e revoga a Lei nº 744, de 16 de dezembro de 2009.

O PREFEITO DE HORIZONTE

Faço saber que esta Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

- Art. 1°. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do Anexo Único desta Lei, com duração de 10 (dez.) anos.
- Art. 2" São diretrizes do PME:
- I Erradicação do analfabetismo;
- II- Universalização do atendimento escolar;
- III- Superação das desigualdades educacionais;
- IV- Melhoria da qualidade do ensino;
- V Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade:
- VI- Promoção da educação em direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- VII- Promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município;











VIII- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva;

- IX valorização dos profissionais de educação;
- X difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade;
- XI fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam.
- Art. 3º O Plano Municipal de Educação contém as metas e estratégias para Educação do Município a serem implementadas de 2015 à 2024, ficando o último ano de vigência para avaliação do respectivo plano e proposição para subsidiar o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subseqüente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.
- Art.4º. A execução do Plano Municipal de Educação se pautará no regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.
- § 1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.
- § 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias, e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano e em regime de cooperação com os demais entes federados
- § 3º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.









ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.087, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Meta 01-universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

- 1.1-realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, para construir e/ou reformar centros de educação infantil, nas regiões onde houver necessidade a partir do estudo realizado,
- 1.2-manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, projeto de construção e reestruturação de escolas e centros de educação infantil, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de instituições públicas municipais de educação infantil;
- 1.3-fortalecer o programa de formação continuada dos professores e gestores da educação infantil e ampliar gradativamente para os demais profissionais que atuam nessa etapa;
- 1.4-continuar garantindo o atendimento das populações do campo e das comunidades quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades;
- 1.5-garantir o acesso à educação especial/inclusiva desde a educação infantil, bem como atendimento educacional especializado complementar e suplementar e auxílio de um cuidador de acordo com os critérios estabelecidos na lei vigente aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngüe para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 1.6- implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças da educação infantil;









- 1.7-preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede pública e privada, garantindo o atendimento de 50% das crianças de 0 (zero) a 03 anos até o final da vigência desse plano e de 100% das crianças de 4 e 5 (cinco) anos, a partir de 2016,em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do estudante de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 1.8- fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.9-promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, de forma a atender 50% das crianças nessa faixa até o final da vigência deste plano;
- 1.10-reativar a comissão municipal da educação infantil, de forma democrática e participativa;
- 1.11- reestruturar colctivamente as diretrizes pedagógicas e de gestão da educação infantil, articulada com as diretrizes nacionais;
- 1.12-assegurar pessoal de apoio educacional por turma para os centros de educação infantil e para as escolas de educação integral;
- 1.13-regulamentar e garantir o quantitativo de crianças por turma na educação infantil por meio de instrumento legal;
- 1.14-fortalecer a sistemática de acompanhamento técnico in loco, da Secretaria de Educação nas instituições de educação infantil;
- 1.15-assegurar nos programas que envolvem recursos federais a aquisição de materiais pedagógicos de acordo com a legislação em vigor, a partir do que for definido pela comunidade escolar nos respectivos planos de ação e monitoramento;
- 1.16-promover o planejamento, o acompanhamento e monitoramento das ações do PAR, referentes à educação infantil;









- 1.17-estabelecer parcerias com as empresas locais e o poder público, de maneira a fomentar ações de incentivo ao atendimento na educação infantil.
- 1.18- implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio educacional, cultural e esportivo de forma sistematizada nas instituições, por meio da articulação das áreas de educação, saúde, esporte, cultura e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças da educação infantil.

Meta 02 – garantir a universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

- 2.1-fortalecer os mecanismos para o acompanhamento individualizado do processo ensino e aprendizagem, da freqüência e do rendimento escolar dos estudantes do ensino fundamental;
- 2.2-fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, inclusive dos adolescentes que se encontram em regime de liberdade assistida, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.3-desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades quilombolas;
- 2.4- ampliar a articulação das escolas com instituições e movimentos culturais e esportivos, tais como, Centro Cultural Tasso Jereissati, Centro de Artes e Esporte Unificado e as organizações não governamentais academia de artes Dutra, EVAS e ARQUA a fim de garantir a oferta regular de











§ 4º. A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, integrantes da Rede Municipal de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

Art. 5°. O Poder Executivo Municipal, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, procederá às avaliações e promoverá, a realização de, pelo menos, 2 (duas) conferências municipais de educação até o final da década, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o próximo decênio.

Parágrafo Único — As Conferências Municipais para fins de avaliação do referido plano serão organizadas pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação.

Art. 6º O acompanhamento do cumprimento das metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o Censo Demográfico e os Censos Nacionais da educação básica e superior, atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei; bem como dados locais.

Art. 7º. Os Planos Plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei de Orçamento Anual do Município serão elaboradas de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 8º. O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.









atividades culturais e esportivas para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e esportiva;

- 2.5- fortalecer ações de articulação e mobilização das famílias, de modo a promover a interação entre estas e as instituições educacionais, visando o acompanhamento da vida escolar dos filhos, bem como a participação no processo de construção da política educacional;
- 2.6-manter a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e quilombolas, nas próprias comunidades, respeitando e valorizando a cultura, o modo de vida e as especificidades dessas populações articulado com o currículo;
- 2.7-incentivar a participação dos estudantes em atividades extracurriculares de estimulo a habilidades, inclusive mediante Certames e Concursos nacionais, estaduais e municipais;
- 2.8- construir e ou ampliar escolas e espaços esportivos para o atendimento da demanda educacional no município;
- 2.9-garantir e ampliar a oferta com qualidade dos programas suplementares e de apoio escolar: alimentação escolar, transporte escolar, fardamento, recursos e material didático e outros de apoio aos estudantes, inclusive nas atividades extraclasse:
- 2.10-organizar a proposta curricular do ensino fundamental a partir dos referenciais já construídos no município (Diretrizes Operacionais, Diretrizes da Avaliação da Aprendizagem e Matriz Curricular);
- 2.11-garantir a oferta da disciplina de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, aplicando o dispositivo da LDB e da lei 10.793 de 01/12/2003;
- 2.12-garantir condições para todas as instituições de ensino tenham acesso à internet com qualidade até o final da vigência desse plano;
- 2.13- manter o desenvolvimento de ações que garantam a diminuição gradativa dos indicadores de abandono escolar no ensino fundamental;









- 2.14- ampliar as ações do TEMAH (Programa Tempo de Mais Aprender de Horizonte) com atendimento às disciplinas específicas aos estudantes do 4º ao 9º ano para promover o processo de correção de fluxo na rede municipal;
- 2.15-realizar o reordena mento da rede escolar a partir de ações de ampliação, construção e /ou reforma do parque escolar, dialogando, paralelamente com o PAR;
- 2.16-assegurar a aplicação dos recursos federal, estadual e municipal para a aquisição, renovação e a manutenção de todos os equipamentos e mobiliários escolares dialogando, paralelamente com o PAR:
- 2.17-fortalecer e ampliar o atendimento no contra turno com atividades complementares para os estudantes, respeitando o Projeto Político Pedagógico de cada instituição educacional;
- 2.18-instituir política municipal de correção de fluxo;
- 2.19-construir e/où ampliar espaço físico para laboratório de multimídia, biblioteca e quadras poliesportivas nas instituições de ensino da rede municipal;
- 2.20-integrar na Secretaria de Educação uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogo, Psicopedagogo e Assistente Social, visando qualificar o atendimento à comunidade escolar, e gradativamente estender esse atendimento com um profissional(psicólogo ou psicopedagogo) nas escolas, conforme critérios a serem estabelecidos;
- 2.21- implantar segurança permanente em todas as instituições de ensino da rede municipal;
- 2.22-fortalecer a efetiva participação dos profissionais de educação nos processos de construção de projetos, propostas e programas de atendimento educacional de todas as instituições da rede municipal:
- 2.23- garantir profissionais qualificados para a utilização pedagógica dos laboratórios de informática e bibliotecas nas instituições de ensino, de maneira articulada com suas propostas pedagógicas;
- 2.24-fortalecer os projetos de incentivo ao protagonismo juvenil, garantindo a articulação com as ações pedagógicas de cada escola;









- 2.25-implantar laboratórios de ciências e tecnologias nas escolas que atendam os anos finais do ensino fundamental;
- 2.26 garantir profissionais qualificados para a utilização pedagógica dos laboratórios de ciências e tecnologias implantados nas escolas que atendam os anos finais do ensino fundamental.
- 2.27-desenvolver projetos educacionais que fortaleçam o protagonismo juvenil e contribuam para a aprendizagem, desenvolvimento da cidadania e a motivação dos estudantes em relação a sua permanência na escola;
- 2.27-ampliar a adesão do município ao projeto professor diretor de turma (PPDT).
- 2.28 ampliar o atendimento da educação integral nas instituições de ensino fundamental.

Meta 03 - colaborar com o Estado para universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

- 3.1-discutir e construir formas de colaboração com a União e o Estado acerca de demandas que venham a surgir para implementação desta meta;
- 3.2- utilizar o banco de dados do cadastro único para identificar e cadastrar os estudantes na faixa etária de 15(quinze) a 17(dezessete) anos;
- 3.3 desenvolver projetos educacionais que fortaleçam o protagonismo juvenil e contribuam para a aprendizagem, desenvolvimento da cidadania e a motivação dos estudantes do ensino fundamental, em relação a sua permanência e sucesso na escola,
- 3.4 Propor ao Estado implantar projeto de monitoria, utilizando sistema de bolsas, para que estudantes do ensino médio possam contribuir para a melhoria do processo de ensino aprendizagem, atendendo no contra turno;









3.5 - Propor ao Estado a criação de agentes educacionais familiares, para acompanhar periodicamente e realizar o monitoramento da vida escolar dos estudantes.

Meta 04 - universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

- 4.1-garantir gradativamente o, atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.2-garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado, através das salas de AEE e do CACE- Centro de Atendimento Clinico e Educacional Maria de Nazaré Domingos;
- ;4.3-fortalecer o acompanhamento, o monitoramento do acesso à escola, permanência atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda;
- 4.4-contribuir com a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória em parceria com o estado, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida:
- 4.5-garantir a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e











4.14-fortalecer continuamente a adequação das condições de infraestrutura das instituições de ensino para o atendimento às características de estudantes com deficiência.

Meta 05: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

- 5.1-garantir a continuidade da organização pedagógica nos três primeiros anos do ensino fundamental com foco na alfabetização até o terceiro ano, assegurando a organização anual por faixa etária e com progressão continuada;
- 5.2-aplicar as tecnologias educacionais para alfabetização de crianças disponibilizadas pela União e o Estado, que estejam compatíveis com as especificidades da realidade do município;
- 5.3-garantir a continuidade do Projeto TEMAH como ação realizada no contra turno escolar para apoio ao processo de alfabetização contribuindo para a permanência e o sucesso escolar;
- 5.4-fortalecer a política de inclusão educacional, favorecendo condições de acesso, permanência e sucesso na alfabetização de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- 5.5-fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.6-incentivar ações voltadas à prática e ao desenvolvimento da leitura garantindo a atualização do acervo das bibliotecas, manutenção e melhoria da estrutura física e qualificação dos profissionais e dos professores mediadores de leitura, assim como projetos de incentivo à leitura e escrita;
- 5.7-estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico;











Meta 06 - oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50% (cinquenta por cento)das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.

- 6.1-planejar, acompanhar e monitorar as ações do programa mais educação;
- 6.2-acompanhar as ações voltadas para a alimentação dos sistemas de monitoramento do programa via diagnósticos do Programa Dinheiro Direto na escola - PDDE interativo;
- 6.3-fomentar a prática do diálogo das ações da política de educação integral do município com o projeto político pedagógico das instituições de ensino;
- 6.4- fortalecer o processo de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, garantindo a manutenção, aumento da oferta e atualização dos equipamentos existentes;
- 6.5 -elaborar documentos norteadores da política da educação integral com diretrizes baseadas em critérios que atendam a realidade específica de cada escola;
- 6.6-ampliar a abrangência de atendimento em tempo integral aos estudantes, de forma gradativa, com atividades complementares por meio de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas;
- 6.7-ampliar a abrangência de atendimento em tempo integral aos estudantes, de forma gradativa, atendendo, no mínimo, 50% da matrícula de cada unidade escolar com atividades complementares por meio de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas;
- 6.8 -promover programa de reestruturação das instituições públicas de ensino, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.9 Estruturar um programa de reestruturação das instituições públicas de ensino, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de Ciências, Matemática e informática, espaços











para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, dormitórios e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.8-ampliar a oferta de atividades complementares por meio de programas tais como: Mais Educação, Mais Cultura e projetos (Hora do Jogo, Segundo Tempo, Aluno Monitor, Jovem Bombeiro Voluntário, Tempo de Mais Aprender Horizonte - TEMAH,) no contra turno garantindo a ampliação da jornada escolar;

6.9-incentivar a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica em parceria com entidades e privadas de serviço social, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.10- incentivar a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica em parceria com entidades públicas e privadas de serviço social, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino por meio do acompanhamento contínuo de assistente social local;

6.11-atender às escolas do campo e de comunidades quilombolas na oferta de educação em tempo integral, considerando-se as peculiaridades locais;

6.12-garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17- (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas,

6.13- garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais, sindromes e outros transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17- (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializada;

6.14 - garantir que na sala de aula que tiver matriculado 3 (três) estudantes com deficiência não ultrapasse um total de 15 estudantes;

6.15- garantir horário de planejamento semanal de 8hs para monitores do programa Mais Educação dentro do sistema de educação do tempo integral, suprimindo da carga horária do programa, visando











a melhoria do desenvolvimento do trabalho de monitoria, contribuindo com a aprendizagem das crianças e adolescentes.

Meta 07 - garantir a qualidade na educação infantil e no ensino fundamental em todas as modalidades e colaborar com o estado no ensino médio, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias:

 7.1-implantar sistema próprio de avaliação da aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental e do desenvolvimento das crianças da educação infantil, definindo critérios de qualidade;

7.2-fortalecer os mecanismos de divulgação e análise dos resultados das avaliações interna e externa, elaborando planos de superação dos resultados evidenciados na avaliação do desempenho escolar:

7.3-fortalecer as ações de incentivo à leitura através da melhoria dos acervos das bibliotecas escolares, da articulação com o eixo de formação do leitor do PAIC, dos acervos do PNAIC, do Projeto "Eu Sou Cidadão", do Projeto Baú Itinerante e da ECOTECA localizada na escola pertencente a área de remanescente quilombola;

7.4-fortalecer o processo de elaboração e aplicação de instrumentos diagnósticos e de intervenções para estudantes de turmas avaliadas externamente pela Provinha Brasil, Prova Brasil, ANA (Avaliação Nacional de Aprendizagem) e SPAECE;









7.5-promover oficinas pedagógicas realizadas pelos formadores com estudantes das séries avaliadas;

7.6-fortalecer a implantação e execução de atividades para atender aos estudantes com baixo rendimento em leitura e escrita no contra turno escolar como "Tempo de Mais Aprender de Horizonte" - TEMAH e o software educacional "luz do saber infantil" - LSI;

7.7-fortalecer a implantação e execução de atividades para atender aos estudantes com baixo rendimento em leitura e escrita no contra turno escolar como "Tempo de Mais Aprender de Horizonte" - TEMAH e o software educacional "luz do saber infantil" - LSI, durante os 200 dias letivos, sem interrupção;

7.8 - fortalecer o projeto "Avaliação Externa e seus Resultados: socialização, apropriação e planejamento", inclusive tendo sido reconhecido pelo INEP/MEC com o prêmio inovação em gestão educacional -2013;

7.9- fortalecer o atendimento dos espaços de referência do brincar, construindo novos espaços como opção de atividade educativa no contra turno escolar diminuindo a situação de vulnerabilidade;

7.10- continuar com políticas de incentivo para a melhoria dos indicadores educacionais com a inserção de estagiários do curso de Pedagogia em pelo menos todas as turmas avaliadas;

7.10- assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.11-desenvolver o processo de avaliação institucional anualmente, a partir dos indicadores, definidos em âmbito nacional e local, com base no perfil do estudante do e do corpo de profissionais











da educação, das condições de infraestrutura das instituições de ensino, dos recursos pedagógicos disponíveis, das características da gestão e de outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.12- implementar processo de auto-avaliação das instituições de ensino da educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.13 - garantir a execução do PAR- Plano de Ações Articuladas - dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.14 - fortalecer a política da rede municipal de ensino, buscando atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo a equidade da aprendizagem em todas as instituições;

7.15 - apoiar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil e o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem à melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;

7.16 - garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veiculos, de acordo com especificações definidas pelo instituto nacional de metrologia, qualidade e tecnologia – INMETRO, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, bem como garantir um acompanhamento para o transporte escolar visando à segurança do estudante e a conservação da frota;

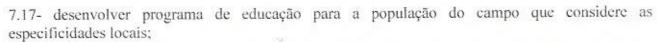












7.18-garantir a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edificio escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.19-equipar as instituições de ensino da rede pública municipal com recursos tecnológicos digitais e humanos para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.20-informatizar a gestão das instituições de ensino da rede municipal, criando programas para dados cadastrais do estudante e promover formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria de Educação;

7.21-fortalecer o desenvolvimento do currículo e proposta pedagógica para a educação escolar das instituições do campo e comunidade quilombola incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;

7.22-promover ações de prevenção e atenção à saúde de forma articulada entre os órgãos de saúde e educação;

7.23-promover ações visando à prevenção, e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.24- monitorar os programas de educação sobre gênero e diversidade sexual.











7.25— promover uma política de incentivo ao estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas envolvendo professores africanos em ações para aprofundar o assunto afro e quilombola nas escolas públicas e com seus profissionais;

Meta 08 - elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à fundação instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE.

- 8.1-ampliar o atendimento à educação de jovens e adultos nas escolas do campo e na comunidade quilombola, na própria localidade dos munícipes;
- 8.2- ampliar o atendimento com qualidade à educação de jovens e adultos nas escolas do campo e na comunidade quilombola, na própria localidade dos municipes;
- 8.3-assegurar o acesso ao uso de tecnologias e de recursos midiáticos, além de espaços que favoreçam a aquisição e o aperfeiçoamento da leitura e da escrita (laboratórios de informática, salas de multimeios, bibliotecas, entre outros);
- 8.4-inserir, na EJA, ações da educação especial, que possibilitem a ampliação da oportunidade de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social;
- 8.5-fortalecer a institucionalização das políticas e ações afirmativas preconizadas nas leis federais nº. 10.639/03 e nº. 11.465/08;
- 8.6- criar um núcleo de educação e diversidade na estrutura da Secretaria Municipal de Educação;
- 8.7 ampliar o programa de formação para professores, gestores e outros profissionais da educação na área de identidade, gênero e diversidade sexual;









- 8.8- implementar programa de formação continuada para educadores, em uma abordagem interdisciplinar;
- 8.9-discutir as relações étnico-raciais não apenas nas escolas, mas também nas comunidades e segmentos organizados da sociedade, proporcionando e disseminando a importância do respeito às culturas étnico-raciais:
- 8.10-garantir o acesso de crianças, jovens, adultos e idosos, que vivem no campo e/ou em assentamentos, em todos os níveis da educação básica, viabilizando as modalidades como a educação de jovens, adultos e idosos e a educação especial, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto ao currículo, aos horários e ao calendário escolar;
- 8.11 criar mecanismo para verificar o nível de escolaridade dos moradores, possibilitando, através de chamada pública a criação de novas turmas de EJA na própria comunidade;
- 8.12 fortalecer programas para correção de fluxo, com acompanhamento pedagógico específico, priorizando os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as características dos segmentos populacionais;
- 8.13 fortalecer a política municipal de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.14 divulgar e incentivar a participação desses segmentos em exames gratuitos de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;
- 8.15 estabelecer parcerias para a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- 8.16- promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, favorecendo a oferta de programas de qualificação aos mesmos;









8.17- monitorar os programas de educação sobre gênero e diversidade sexual, promovendo ações que visem o trabalho com as temáticas identidade, gênero, diversidade sexual e respeito às diferenças;

Meta 09 - elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

- 9.1-acompanhar o censo educacional, visando o planejamento dos processos de mobilização para projetos de alfabetização de adultos;
- 9.2- Ofertar a Educação de Jovens e Adultos a fim de contemplar as diferentes localidades do município;
- 9.3- Buscar a inserção semestralmente cerca de 200 jovens, adultos e idosos nos programas de alfabetização;
- 9.4-garantir padrões de funcionamento das turmas de EJA, em relação a condições materiais e funcionamento dos espaços de apoio as atividades pedagógicas das instituições de ensino, visando o atendimento de qualidade;
- 9.5-assegurar no PPP das instituições de ensino da rede pública a inclusão da EJA;
- 9.6-ampliar a oferta de EJA, no período diurno, nas escolas de ensino fundamental;
- 9.7-implantar, a partir de critérios definidos, coordenação pedagógica nas instituições de ensino da rede municipal que ofertam a modalidade de EJA no período noturno, visando o fortalecimento do processo ensino aprendizagem;









- 9.8-ampliar, gradativamente, o projeto IDEJA- inclusão digital da educação de jovens e adultos, visando possibilitar o acesso ao curso nos períodos diurno e noturno, no mínimo, 75% dos estudantes da EJA, até o final da vigência deste PME;
- 9.9- Divulgar e incentivar a participação no ENCCEJA Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos possibilitando a oportunidade de obtenção do certificado de conclusão do ensino fundamental aos maiores de 15 anos:
- 9.10-garantir a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.11-realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa desse segmento;
- 9.12-assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores;
- 9.13- implementar programa de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os estudantes com deficiência, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacional tecnológico com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;
- 9.14-desenvolver na política de EJA, atividades que atendam as necessidades dos idosos com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10 - oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.











Estratégias:

10.1-estabelecer parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento e Inclusão Social e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e EJA em cursos profissionalizantes, proporcionando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho ou o aumento da renda familiar;

10.2- propor ao Estado firmar parceria com o Ministério da Educação, para a oferta de educação de jovens e adultos (EJA) articulada à educação profissional através do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;

10.3-expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

10.4-garantir a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público de EJA, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.5-implantar política de oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.6-reestruturar e adquirir equipamentos visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.7-diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses estudantes.











Meta 11- colaborar com o Estado para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinqüenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

- 11.1-discutir e construir formas de colaboração com o Estado acerca de demandas que venham a surgir para implementação desta meta;
- 11. 2-contribuir para a expansão de uma educação profissional de qualidade, que atenda às demandas produtivas e sociais do município em consonância com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social, por meio de parcerias com empresas locais e outros.

Meta 12- colaborar com a união e o estado, para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinqüenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matriculas, no segmento público.

- 12.1-discutir formas de colaboração com a União e o Estado acerca de demandas que venham a surgir para implementação desta meta;
- 12.2-estimular os estudantes para ingressarem na educação superior em cursos de formação de professores:
- 13.3-estabelecer parceria com as universidades para recrutamento de estagiários para atuarem em programas e projetos nas instituições de ensino da rede pública, ampliando o potencial de formação desses estagiários e fortalecendo a identidade com o curso escolhido.

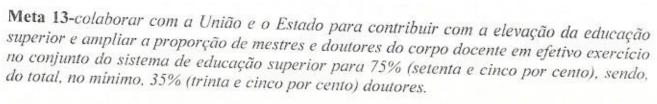












Estratégias:

- 13.1-discutir formas de colaboração com a União e o Estado acerca de demandas que venham a surgir para implementação desta meta;
- 13.2- estimular os estudantes para ingressarem na educação superior em cursos de graduação de formação de professores e de pós-graduação;
- 13.3 estabelecer parceria com as universidades para recrutamento de estagiários para atuarem em programas e projetos nas instituições de ensino da rede pública, ampliando o potencial de formação desses estagiários e fortalecendo a identidade com o curso escolhido;
- 13.4 Estabelecer critérios para liberação dos profissionais de educação quando aprovados em seleção de cursos de pós- graduação: mestrado e doutorado, sem prejuízos ao funcionamento do sistema e a remuneração profissional.

Meta 14 - colaborar com a União e o Estado para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60,000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

- 14.1-discutir formas de colaboração com a União e o Estado acerca de demandas que venham a surgir para implementação desta meta;
- 14.2-estimular os estudantes e profissionais da educação para ingressarem em cursos de pósgraduação;











14.3-estabelecer parceria com as universidades para recrutamento de estagiários para atuarem em programas e projetos nas instituições de ensino da rede pública, ampliando o potencial de formação desses estagiários e fortalecendo a identidade com o curso escolhido;

14.4- Propor as universidades cursos de pós-graduação na perspectiva da educação ambiental, na área de alfabetização, nas áreas de engenharia, na área das relações étnico-raciais e na área da mediação escolar;

14.5-apoiar e sugerir formas de oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância.

Meta 15- garantir, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II E III do caput do art. 61 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

- 15.1-fortalecer a avaliação da política de formação continuada dos profissionais da educação, instituindo mecanismos de acompanhamento;
- 15.2-fortalecer o programa de formação continuada para professores e profissionais de serviço e apoio escolar, a partir de iniciativas do município;
- 15.3-fortalecer o acompanhamento dos formadores junto aos professores em sua atuação em sala de
- 15.4-estimular os professores da rede pública para se cadastrarem na plataforma lates, divulgarem e atualizarem seus currículos eletrônicos;











15.5-estimular os professores da educação básica para ingressarem em programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e comunidades quilombolas e para a educação especial;

15.6-participar da política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes

15.7- otimizar o acompanhamento sistemático ao processo de lotação dos profissionais de educação, por meio do fortalecimento da comissão de lotação.

Meta 16- colaborar com a União e o Estado para formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

Estratégias:

16.1-garantir oportunidades de formação continuada para todos os profissionais da educação municipal:

16.2-qualificar os profissionais em tecnologias da informação e comunicação;

16.3-participar do planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e indicar a demanda para a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação;

16.4-requisitar através do programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em libras e em Braille, sem prejuizo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;











16.5-estimular os professores da rede pública a participarem dos programas de formação promovidos pela União e o Estado por meio da implementação das ações do plano nacional do livro e leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Meta 17- valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

17.1-atualizar o plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal, observados os critérios estabelecidos na lei nº_11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

Meta 18- reestruturar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do INCISO VIII DO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- 18.1-garantir a jornada de trabalho com carga horária organizada, preferencialmente, em uma única instituição de ensino, com vista a atender as necessidades do estudante e a qualidade das condições de trabalho do professor;
- 18.2-garantir a efetiva progressividade de carreira e salário de acordo com os níveis de formação;
- 18.3-reestruturar e fortalecer o processo de avaliação do desempenho dos profissionais da educação:
- 18.4-cumprir a legislação referente à lei do piso salarial nacional para profissionais da educação, respeitando as horas destinadas ao estudo, planejamento;

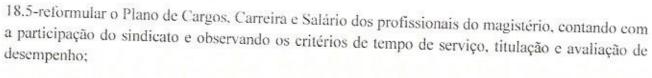












18.6-fortalecer o Plano de Cargos, Carreira e Salário para os demais profissionais que atuam na educação, mas que não integram o quadro de magistério, contando com a participação dos sindicatos e observando os critérios de tempo de serviço, titulação e avaliação de desempenho;

18.7-assegurar condições dignas de trabalho aos profissionais da educação, como instalações tísicas adequadas, equipamentos e materiais didáticos de apoio, serviço de acompanhamento e orientação pedagógica, número de estudantes por sala conforme legislação pertinente, dentre outras;

18.8-estabelecer parcerias com órgão responsável pela segurança pública e os conselhos de direitos. para construir uma pauta conjunta de enfrentamento à violência na escola;

18.9- Ampliar programas e serviços permanentes de prevenção e cuidado à saúde dos profissionais da educação; em especial, da voz, em parceria com a secretaria de saúde do município;

18.10-fortalecer os critérios e procedimentos para a remoção dos profissionais da educação;

18.11-criar mecanismos de publicação da produção científica dos profissionais da educação.

Meta 19 - assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto.

Estratégias:

19.1- implementar o Sistema Municipal de Educação de Horizonte (SMEH), autônomo e articulado;

19.2- fortalecer o Conselho Municipal de Educação de Horizonte (CME), como órgão normativo do sistema:

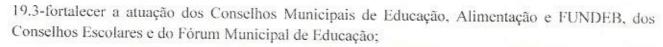












- 19.4-garantir a ampla participação da comunidade escolar e local no processo de avaliação e revisão do Plano Municipal de Educação;
- 19.5-implantar de forma sistemática a avaliação institucional nas unidades de ensino da rede municipal;
- 19.6-fortalecer e apoiar a atuação dos Grêmios Estudantis, dos Conselhos Escolares e demais Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação;
- 19.7-avaliar, atualizar ou adequar as diretrizes operacionais da educação municipal;
- 19.8-desencadear de forma permanente a avaliação dos processos de gestão da educação municipal;
- 19.9-implantar o observatório educacional de Horizonte, subsidiando a construção e a execução das políticas e programas locais;
- 19.10-fortalecer a atuação dos conselheiros escolares, com a instalação do fórum dos conselhos escolares e a implantação do programa de formação continuada;
- 19.11-articular, acompanhar e avaliar as ações previstas no projeto político pedagógico (PPP), plano de desenvolvimento da escola (PDE), plano de ação (PA), plano municipal de educação (PME), plano de ações articuladas (PAR) e em outros projetos educacionais;
- 19.12-definir critérios claros e democráticos para a nomeação e a exoneração dos diretores e coordenadores, considerando mérito e desempenho da função, por meio de legislação própria, constituindo uma comissão específica para a elaboração do projeto;
- 19.13-constituir um grupo de trabalho para apoiar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão escolar, abrangendo as dimensões de gestão de resultados educacionais, gestão pedagógica, gestão participativa, gestão de pessoas e administrativa e financeiros;
- 19.14- garantir formação continuada para o núcleo gestor das instituições de ensino;
- 19.15-garantir a efetivação das normas do Conselho de Educação, para a regularização das instituições educacionais e a garantia da qualidade do atendimento aos estudantes.











Meta 20 - Assegurar a aplicação efetiva dos recursos públicos financeiros definidos na Lei para a educação , ampliando-os de forma gradual, de maneira a garantir as condições necessárias à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público com qualidade social.

- 20.1 definir que o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas neste plano são condicionadas ao aumento das transferências do governo federal, de acordo com seu papel redistributivo, supletivo e colaborativo, assim como estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal e Artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 20.2 contribuir e participar da mobilização nacional para que seja ampliado o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio;
- 20.3 participar do processo mobilização que envolve governo, entidades e movimentos sociais organizados que defendem o direito a educação e parlamentares, para garantir que, até 2016, conforme determina o PNE (Lei 13.005/2014), seja implantado o Custo Aluno-Qualidade Inicial -CAQI, referenciado no conjunto de padrões básicos estabelecidos na legislação educacional, cujos recursos serão provenientes dos aportes financeiros negociados e disponibilizados para o seu cumprimento e manutenção progressiva até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade -CAO .:
- 20.4- analisar o custo efetivo atual do estudante da rede municipal na educação e no ensino fundamental e nas modalidades de educação especial e EJA, objetivando estimar o impacto de adequação do custo atual para o valor ideal (CAQ Municipal);
- 20.5 garantir a transparência na gestão dos recursos públicos da Educação Municipal com a divulgação das prestações contas, para todos que compõem o Sistema de Educação, por meio de site
- 20.6 aprimorar os mecanismos de participação democrática no planejamento, execução e acompanhamento dos recursos da Educação Municipal;











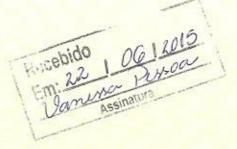
20.7 - elaborar e acompanhar, de forma participativa, o orçamento setorial da SME;

20.8 - elaborar, a cada 02 (dois) anos, um plano de aplicação pela Secretaria Municipal de Educação que garanta a manutenção das Instituições de Educação da rede municipal;

20.9 - acompanhar com rigor, os editais de licitação para aquisição de materiais, equipamentos e serviços para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, aos 22 de junho de 2015.

Manoel Gomes de Farias Neto Prefeito de Horizonte

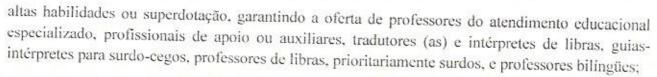












- 4.6-incentivar a participação das famílias e da sociedade favorecendo a construção do sistema educacional inclusivo, através de fóruns, seminários e palestras de sensibilização nas reuniões escolares;
- 4.7-fortalecer e ampliar à política de formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva, bem como para os profissionais especialistas do CACE Centro de Atendimento Clínico e Educacional Maria de Nazaré Domingos;
- 4.8-manter e ampliar e respeitadas as normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de instituições de ensino da rede municipal;
- 4.9-contribuir com a busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde proteção à infância, adolescência e juventude;
- 4.10-desenvolver tecnologias pedagógicas que contribua de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas nas instituições de ensino da rede municipal, considerando as especificidades dos estudantes da educação especial inclusos;
- 4.11-ampliar e fortalecer o atendimento educacional especializado e garantir a formação continuada de professores nas escolas urbanas, do campo e comunidades quilombolas;
- 4.12- garantir a oferta de educação bilíngüe, em língua brasileira de sinais libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva na educação infantil, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos;
- 4.13-promover formação pedagógica, voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;











Art. 9º - Fica mantido o regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União para a consecução das metas do PME e a implementação das estratégias a serem realizadas.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, aos 22 de junho de 2015.

Manoel Gomes de Farias Neto Prefeito de Horizonte

